

Revista
PRAIAVERMELHA
Estudos de Política e Teoria Social

v. 23 n. 1
Janeiro/Junho 2013
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 23	n. 1	p. 01-320	Jan/Jun 2013
------------------------	----------------	-------	------	-----------	--------------

Brasil: Capitalismo Extrativo e o Grande Retrocesso

James Petras

RESUMO

A partir da segunda metade dos anos 1990, o Brasil testemunhou uma impressionante reviravolta socioeconômica, produzindo um declínio absoluto e relativo da produção industrial, consolidando o capitalismo extrativo e transformando o país em um exportador de commodities. Esse processo implicou em um grande retrocesso que foi aprofundado e expandido após a vitória eleitoral do PT, em 2002. Tendo como ponto de partida essa reflexão o artigo analisa os fatores que contribuem para o declínio e estagnação do modelo extrativista nos anos 2012-2013 e o surgimento dos protestos em massa.

PALAVRAS-CHAVE

Partido dos Trabalhadores.
Capital Extrativo.
Luta de Classes.

Recebido em 15/08/13.

Aprovado em 08/10/13.

Brazil: Extractive Capitalism and the Great Retrocession

As from the second half of the 1990's, Brazil witnessed an impressive socioeconomic spin, producing a both absolute and relative decline of industrial production, consolidating the extractive capitalism and transforming the country in a commodities exporter. This process implicated a great retrocession, deepened and expanded after the Worker's Party (PT) victory in 2002 presidential elections. With this consideration as bottom line, the paper analyses the components that contributed to the decline and stagnation of the extractive model in the years 2012-2013 and the raising of massive riots.

KEYWORDS Workers Party. Extractive Capital. Class Warfare.

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 23	n. 1	p. 11-31	Jan/Jun 2013
------------------------	----------------	-------	------	----------	--------------

Introdução

O Brasil testemunhou uma das *reviravoltas* socioeconômicas mais impressionantes do mundo na história moderna: de uma industrialização nacionalista dinâmica para uma economia exportadora de produtos primários. Entre a metade da década de 1930 até meados da década de 1980, o Brasil atingiu quase 10% de crescimento em seu setor industrial, amplamente baseado em políticas *estatais* intervencionistas, subsidiando, protegendo e regulando o crescimento de empresas nacionais públicas e privadas. Mudanças na “balança” entre o capital *nacional* e *estrangeiro* (imperial) começaram a ocorrer logo após o Golpe Militar de 1964 e aceleraram-se após o retorno das eleições diretas, em meados dos anos 80. A eleição de políticos neoliberais, especialmente Fernando Henrique Cardoso (FHC), na metade da década de 1990, teve um impacto devastador em setores estratégicos da economia nacional: a *privatização* por atacado foi acompanhada pela *desnacionalização* dos altos comandos da economia e a *desregulação* dos mercados de capital¹. O regime de Cardoso *estabeleceu o período* de fluxo massivo de capital estrangeiro nos setores agrominerador, financeiro, de seguros e imobiliário. O aumento das taxas de juros, conforme demandado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e o mercado especulativo imobiliário, elevou os custos de produção industrial. As baixas tarifas de Cardoso acabaram com os subsídios industriais e abriram as portas para a importação industrial. Essas políticas neoliberais contribuíram para o declínio absoluto e relativo da produção industrial².

A vitória presidencial do autodenominado “Partido dos Trabalhadores” PT, em 2002, aprofundou e expandiu o “grande retrocesso” promovido

1 James Petras and Henry Vettmeyer. *Cardoso's Brazil: A land for Sale* (Lanham, Maryland: Rowman and Littlefield 2003/Chapter 2.

2 *Ibid.* Chapter 1.

pelos seus predecessores neoliberais. O Brasil voltou a ser um exportador de mercadorias, como soja, gado, ferro e metais, que tiveram suas exportações multiplicadas; enquanto tecidos, transporte e manufaturados tiveram suas exportações reduzidas³. O Brasil se tornou um dos principais exportadores de produtos extrativistas no mundo. A dependência do Brasil em exportação de *commodities* foi ajudada e compensada pela massiva entrada de corporações multinacionais imperiais e fluxos financeiros de bancos estrangeiros. Mercados internacionais e bancos estrangeiros se tornaram a força propulsora do crescimento extrativo e falência industrial.

Para melhor compreender a “grande reversão” do Brasil, de uma industrialização nacionalista dinâmica para uma nação vulnerável e dependente do extrativismo agromineral ditado pelo imperialismo, precisamos rever brevemente a política econômica do Brasil durante os últimos cinquenta anos, a fim de identificar o ponto de inflexão, a centralidade da política e da luta de classes.

Modelo Militar: modernização pelo alto

Sob a Ditadura Militar (1964-1984), a política econômica foi baseada em uma estratégia híbrida, enfatizando uma tríplice aliança entre o capital estatal, o capital estrangeiro e o capital privado nacional⁴, focado principalmente em exportação industrial e, em segundo plano, em *commodities* agrícolas (especialmente produtos tradicionais como o café).

Os militares descartaram o modelo nacionalista-populista, baseado em indústrias estatais e cooperativas camponesas do deposto Presidente esquerdista Goulart, e colocaram no lugar uma aliança de capitalistas industriais com o agronegócio. Dirigindo uma onda de mercados globais em expansão e se beneficiando da repressão do trabalho, a compressão de salários e remunerações, subsídios abrangentes e políticas protecionistas, a economia cresceu o dobro de dígitos desde o final dos anos 60 até a metade dos anos 70 – o chamado “Milagre Brasileiro”⁵. Os militares, enquanto

3 James Petras. *Brasil e Lula – Ano Zero*. Blumenau: EdiFurb, 2005. Chapter 1.

4 Peter Evans. *Dependent Development: The Alliance of Multinational State and Local Capital in Brazil*. Princeton NJ: Princeton University Press, 1979.

5 José Serra. “The Brazilian Economic Miracle” In: James Petras. *Latin America from Dependence to Revolution*. New York: John Wiley, 1973. pp. 100–140.

reprimiam quaisquer ameaças de nacionalizações, colocavam no lugar um número de regras de “conteúdo nacional” nas multinacionais estrangeiras que expandiram a base industrial do Brasil e alargaram o tamanho e escopo da classe trabalhadora urbana, especialmente a indústria automotiva. Isso levou ao crescimento do sindicato dos metalúrgicos e, mais tarde, do Partido dos Trabalhadores (PT). O “*modelo exportador*”, baseado nas indústrias leve e pesada, de produtores nacionais (domésticos) e estrangeiros, estava *regionalmente* localizado (no Sudeste). A estratégia militar de modernização intensificou desigualdades e integrou os capitalistas “nacionais” em corporações multinacionais (MNC) imperialistas. Isso serviu como base para o início de lutas antiditatoriais e o retorno à democracia. Os partidos neoliberais ganharam hegemonia com a volta à política eleitoral.

Políticas eleitorais, o surgimento do neoliberalismo e a ascensão do capitalismo extrativo

A oposição eleitoral que sucedeu o regime militar foi *inicialmente* polarizada entre uma elite liberal, de livre mercado agromineral, aliada com as multinacionais imperialistas; e do outro lado, um bloco nacionalista constituído por camponeses, trabalhadores rurais e a classe média baixa, com intenções de promover o setor público, a seguridade social, a redistribuição da renda e a reforma agrária. Trabalhadores militantes formaram a Central Única dos Trabalhadores (CUT); agricultores sem-terra construíram o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), e ambos se juntaram à classe média para formar o PT⁶.

A primeira década das políticas eleitorais – 1984-94 – foi caracterizada pelo cabo de guerra entre o capitalismo estatista residual herdado do regime militar antecedente e a burguesia emergente de livre mercado liberal. A crise da dívida, a hiperinflação, a corrupção sistêmica massiva, o *impeachment* do Presidente Collor e a estagnação econômica enfraqueceram seriamente os setores capitalistas estatais e levaram à ascensão de uma aliança do capital agromineral e financeiro, conduzida por capitalistas locais e estrangeiros ligados ao mercado estrangeiro. Essa coalizão retrógrada encontrou *seu* líder político e seu rumo ao poder com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (FHC), um acadêmico ex-esquerdista transformado em um zelote do livre mercado.

6 *Brasil e Lula, op. cit.* Ch. 1.

A eleição de Cardoso levou a uma decisiva ruptura com as políticas estatistas nacionais dos sessenta anos anteriores, pois as suas políticas deram um empurrão decisivo na direção da desnacionalização e privatização da economia, elementos essenciais na reconfiguração da economia brasileira e a ascensão do capital extrativo⁷. De acordo com quase todos os indicadores, as políticas ultra neoliberais de Cardoso levaram a um vertiginoso retrocesso, concentrando a renda e a terra, e aumentando a propriedade estrangeira em setores estratégicos. A “reforma” da economia feita por Cardoso à custa do trabalho industrial, da propriedade pública, e dos trabalhadores rurais sem-terra provocou a disseminação greves e ocupações de terras⁸. A “economia extrativista”, especialmente a abertura de setores lucrativos na agricultura, mineração e energia ocorreu a expensas das forças produtivas: a posição relativa da manufatura, tecnologia e serviços de valor alto escasseou. Em particular, ganhos trabalhistas como um todo diminuíram, de acordo com a percentagem do Produto Interno Bruto (PIB)⁹.

A taxa de crescimento médio da indústria declinou para um insignificante 1,4%. O emprego no setor industrial caiu 26%; o desemprego subiu além de 18,4%; e o “setor informal” subiu de 52,5%, em 1980, para 56,1%, em 1995¹⁰.

A privatização de empresas públicas, como a gigante e lucrativa companhia de telecomunicação Telebrás, levou a uma demissão em massa de trabalhadores e a subcontratação do trabalho com salários mais baixos e sem benefícios sociais. Sob o regime de Cardoso, o Brasil teve as maiores taxas de desigualdade (coeficiente de Gini) do mundo – à exceção de um país.

Cardoso usou subsídios do Estado para promover o capital estrangeiro, especialmente na exportação agrária e setores de mineração, enquanto pequenos e médios agricultores careciam de crédito. Seu programa de desregulamentação financeira levou à especulação monetária, e lucros massivos excepcionais para os bancos de Wall Street enquanto o regime elevou as taxas de juros acima de 50%¹¹. A falência de fazendeiros levou à expropriação de terras pelos capitalistas agroexportadores. A concentração de terra

7 *Cardoso's Brazil*. Ch. 5.

8 *Ibid.*, Ch. 3 and 6.

9 *Ibid.*, Table A.12, p. 126.

10 *Ibid.*, Ch. 3.

11 *Ibid.*, Ch. 1, 2.

teve uma reviravolta importante, visto que 0,7% dos grandes proprietários de terra detentores de áreas com mais de 2 mil hectares, aumentaram suas áreas cultivadas de 39,5% para 43% das terras cultivadas brasileiras¹².

Durante os oito anos em que Cardoso esteve na Presidência (1994-2002), houve um tsunami de investimento estrangeiro: mais de US\$50 bilhões entraram no país apenas nos primeiros cinco anos – dez vezes o total dos quinze anos¹³ anteriores. Empresas agrominerais de propriedade estrangeira, entre as principais empresas internacionais (como em 1997), atingiram um número superior a um terço, e continuaram crescendo. Entre 1996-1998, companhias multinacionais estrangeiras adquiriram as oito mais importantes empresas de alimentação, mineração e metalurgia¹⁴.

As políticas neoliberais de Cardoso escancararam as portas para o controle do capital estrangeiro dos setores industriais estratégicos e bancários. Contudo, foram os subsequentes presidentes Da Silva e Rouseff, do “Partido dos Trabalhadores”, que completaram o Grande Retrocesso por, decididamente, se voltarem ao capital reprimarizado como a força motriz da economia.

Do neoliberalismo ao capital extrativo

As privatizações de Cardoso foram sustentadas e aprofundadas pelo governo Lula. A privatização escandalosa da mineradora Vale do [Rio] Doce por uma fração de seu valor foi defendida por Lula; o mesmo aconteceu com a privatização de fato da companhia petrolífera estatal, Petrobras, por Cardoso. Lula abraçou as políticas monetárias restritivas, acordos com o FMI para o superávit orçamentário e seguiu as prescrições orçamentárias dos diretores do FMI¹⁵.

O governo Lula (2003-2011) adotou as políticas neoliberais de Cardoso como guia para promover a reconfiguração da economia brasileira em benefício do capital estrangeiro e nacional, localizado agora no setor primário e de exportação de matéria-prima. Em 2005, o Brasil exportou US\$55,3 bilhões em matéria-prima e US\$44,2 bilhões em produtos ma-

12 *Ibid.*, Ch. 5.

13 *Ibid.*, Ch. 2.

14 *Ibid.*, Table A. 6.

15 *Brasil e Lula*. Ch. 1.

nufaturados; em 2011, o Brasil triplicou sua exportação de matéria-prima para US\$162,2 bilhões, enquanto sua exportação de produtos manufaturados cresceu para meros US\$60,3 bilhões¹⁶.

Em outras palavras, a *diferença* entre o valor das exportações de matéria-prima e produtos manufaturados aumentou de US\$13 bilhões para mais de US\$100 bilhões nos últimos cinco anos do governo Lula. A relativa desindustrialização da economia, o desequilíbrio crescente entre o extrativismo dominante e o setor manufatureiro ilustra a reversão do Brasil para seu “estilo colonial de desenvolvimento”.

Capitalismo agrominerador, o Estado e o povo

O setor exportador do Brasil se beneficiou enormemente do aumento em preços de *commodities*. O principal beneficiário foi o seu setor agrominerador. Mas o custo para a indústria, o transporte público, as condições de vida, a pesquisa e o desenvolvimento e a educação foi enorme. As exportações agrominerais forneceram grandes receitas ao Estado, mas também extraíram grandes subsídios, benefícios fiscais e lucros.

A economia industrial do Brasil foi adversamente afetada pelo *boom* de *commodities* devido ao aumento de 40% no valor de sua moeda corrente, o Real, entre 2010 e 2012, o que aumentou o preço das exportações de produtos manufaturados e diminuiu a competitividade destes produtos¹⁷. As políticas de “mercado livre” também facilitaram a entrada de produtos da Ásia com menor preço, particularmente da China. Enquanto os produtos primários de exportação do Brasil para a China apresentaram uma explosão, seu setor de produtos manufaturados, notadamente o de bens de consumo como têxtil e calçados, diminuíram mais de 10% entre 2005 e 2010¹⁸.

Sob os governos de Lula e Rousseff, a extrema dependência em um número limitado de *commodities* levou a um declínio agudo nas forças pro-

16 *Brazil Exports by Product Section* (USD). Disponível em: <http://www.INDEX-MUNDI.com/trade/exports/Brazil>.

17 Peter Kingstone. “*Brazil’s Reliance on Commodity Exports threatens its Medium and Long Term Growth Prospects*”. Disponível em: <http://www.americasquarterly.org/icingstone>.

18 *Brazil Exports, op. cit.*

dutivas, calculado pelos investimentos em inovações tecnológicas, especialmente aquelas relacionadas à indústria¹⁹. Ademais, o Brasil se tornou mais dependente do que nunca de um único mercado. De 2000 a 2010, a importação chinesa de soja – o maior produto exportado – representou 40% das exportações do Brasil; a importação chinesa de ferro – o principal produto de mineração – constituiu mais de um terço do total de exportações daquele setor. A China também importou cerca de 10% das exportações de petróleo, carne, celulose e papel do Brasil²⁰. Sob os governos de Lula e Rousseff, o Brasil se converteu em uma economia praticamente monocultora, dependente de um mercado muito limitado. Como resultado, a desaceleração da economia chinesa previsivelmente levou a um declínio no crescimento brasileiro para menos de 2% entre 2011 e 2013²¹.

Brasil: paraíso econômico do capital financeiro

Sob as políticas de mercado livre do PT, o capital financeiro afluiu para o Brasil como nunca antes. Investimentos diretos estrangeiros (FDI) saltaram de um valor em torno de US\$16 bilhões, em 2002 – durante o último ano do mandato de Cardoso – para mais de US\$48 bilhões, no último ano do mandato de Lula²². A carteira de investimento – de tipo mais especulativo – variou de US\$5 bilhões negativos, em 2002, para US\$67 bilhões positivos, em 2010. O influxo líquido do FDI e carteiras de investimento totalizaram US\$400 bilhões no período de 2007 a 2011, comparado aos US\$79 bilhões durante o período dos cinco anos anteriores²³. Investimentos de carteira em alta lucratividade, elevados títulos de juros retornaram entre 8%-15% – o triplo e o quádruplo das taxas na América do Norte e Europa. Lula e Dilma são Presidentes cultuados em Wall Street.

Segundo a maioria dos indicadores econômicos importantes, as políticas do mandato de Lula-Dilma tem sido as mais lucrativas para os capitais financeiros estrangeiros e os investidores nos principais setores agromineros na história recente do Brasil.

19 Kingstone, *op. cit.*

20 Kingstone, *op. cit.* World Bank Yearbook 2011.

21 *Financial Times* 3/26/13, p. 7.

22 *Brazil's Surging Foreign Investment: A Blessing or Curse?* VSITC Executive Briefing on Trade. Oct. 2012.

23 *Ibid.*

O modelo agrominerador e o meio ambiente

Apesar da retórica política em favor da agricultura familiar, os mandatos de Lula e Dilma têm estado dentre os maiores promotores do agronegócio na História política recente do Brasil. A maior parcela de recursos estatais foi alocada na agricultura, financiamento do agronegócio e grandes proprietários rurais. De acordo com um estudo, em 2008/2009, pequenos proprietários receberam cerca de US\$6,35 bilhões, enquanto agronegócios e grandes proprietários rurais receberam US\$31,9 bilhões em financiamento e crédito²⁴. Menos de 4% dos recursos e pesquisas do governo foram destinados à agricultura familiar e propriedades agroecológicas.

Sob Lula, a destruição de florestas tropicais ocorreu em passo rápido. Entre 2002 e 2008, a vegetação da região do Cerrado foi reduzida em 7,5% – ou mais de 8,5 milhões de hectares –, na maior parte por corporações de agronegócios²⁵. O Cerrado brasileiro é uma das regiões de savana biologicamente mais ricas do mundo, concentrando-se na região Centro-Leste do país. De acordo com um estudo, 69% de toda a terra pertencente às empresas estrangeiras estão concentrados no Cerrado brasileiro²⁶. Entre 1995 e 2005, a participação de capital estrangeiro no setor cerealífero agroindustrial no Brasil saltou de 16% para 57%. O capital estrangeiro capitalizou-se nas políticas neoliberais sob os regimes de Cardoso, Lula e Dilma, deslocando-se para o setor de agrocombustível (biocombustível), controlando em torno de 22% das companhias de cana de açúcar e de etanol brasileiras²⁷ – e rapidamente invadindo a Floresta Amazônica.

Entre maio de 2000 e agosto de 2005, graças à expansão do setor de exportação, o Brasil perdeu 132 mil quilômetros quadrados de floresta devido à expansão de grandes proprietários de terra e multinacionais envolvidas na pecuária, soja e silvicultura²⁸. Entre 2003 e 2012, mais de 137 mil quilômetros quadrados foram desmatados – apoiados e promovidos por investimentos multibilionários governamentais em infraestrutura, incentivos fiscais e subsídios.

Em 2008, os danos à floresta tropical Amazônica aumentaram em 67%. A

24 Cf. http://rainforests:mongabay.com/amazon_destruction.

25 *Ibid.*

26 Bernard Mancano Fernandes and Elizabeth Alice Clements. “Land Grabbing, Agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique” *Agrarian South*. (April, 2013).

27 Rainforests, *op. cit.*

28 *Ibid.*

pressão de índios, camponeses e trabalhadores rurais sem-terra, e movimentos ecológicos forçou o governo a tomar medidas para restringir o desmatamento. Este declinou de um pico de 27.772 quilômetros quadrados, em 2004 (abaixo apenas do registrado sob o governo de Cardoso, em 1995, de 29.059 quilômetros quadrados) para 4.656 quilômetros quadrados, em 2012²⁹.

A criação de gado é a principal causa do desmatamento na Amazônia brasileira. Estimativas atribuem mais de 40% deste desflorestamento aos grandes capitalistas e corporações multinacionais de processamento de carne³⁰. Os maiores investimentos em infraestrutura dos governos Lula-Dilma, especialmente estradas, abriram áreas florestais antes inacessíveis para empresas (pecuárias) de gado. Sob os mandatos de Lula e Dilma, a agricultura comercial, especialmente a de grãos de soja, se tornou a segunda maior causa do desmatamento da Amazônia.

Acompanhando a degradação do meio ambiente natural, a expansão do agronegócio tem sido seguida de desapropriação, assassinato e escravização de povos indígenas. A Comissão Pastoral da Terra, da Igreja Católica, relatou que a violência de latifundiários alcançou o maior nível dos últimos vinte anos em 2004 – segundo ano de Lula na Presidência. Os conflitos aumentaram para 1.801, em 2004, se comparados a 1.690, em 2003; e 925, em 2002³¹.

De acordo com o Governo, empresas de gado e soja exploraram pelo menos 25 mil brasileiros (a maioria índios e camponeses expropriados) sob “condições análogas à escravidão”. As principais Organizações Não Governamentais (ONG) declararam que o número real poderia ser dez vezes aquela quantidade. Mais de 183 propriedades foram fiscalizadas em 2005, libertando 4.133 escravos³².

Mineração: a pilhagem perpetrada pela Vale como “privatização”. A Vale como poluidora número um

Aproximadamente 25% das exportações do Brasil são compostas por produtos minerais – destacando a crescente centralidade do capital extrativista na economia. O minério de ferro é o mineral de maior importância,

29 *Ibid.*

30 *Ibid.*

31 José Manuel Rambla. “*La agonía de los pueblos indígenas, buera de la agenda reivindicativa de Brasil*”. Disponível em: <http://rebellion.org/notice, 5/7/13>.

32 Rainforests, *ibid.* p. 8

representando 78% das exportações totais de minério. Em 2008, o ferro contribuiu com US\$16,5 bilhões dos US\$22,5 bilhões dos ganhos da indústria³³. A grande maioria das exportações de ferro é dependente de um único mercado – a China. Enquanto o crescimento da China fica mais devagar, a demanda diminui, e aumenta a vulnerabilidade da economia do Brasil.

A Vale [do Rio Doce], uma empresa privatizada por meio de aquisições e fusões durante a presidência de Cardoso, controla quase 100% das minas de ferro produtivas do Brasil³⁴. Em 1997, a Vale foi vendida pelo Estado neoliberal por US\$3,14 bilhões, uma pequena fração de seu valor. Durante a década seguinte, concentrou seus investimentos na mineração, estabelecendo uma rede global de minas em mais de uma dúzia de países nas Américas do Norte e do Sul, Austrália, África e Ásia. Os governos de Lula e de Dilma tiveram um papel preponderante, ao facilitar o domínio da Vale no setor de mineração e no crescimento exponencial de seu valor: hoje, o valor líquido da Vale é de mais de US\$100 bilhões, mas paga uma das menores taxas tributárias no mundo, apesar de ser a segunda maior companhia de mineração do mundo, o maior produtor de minério de ferro e o segundo maior produtor de níquel do planeta. Os *royalties* máximos sobre a riqueza de minério cresceram de 2% a 4%, em 2013³⁵. Em outras palavras, durante a década do governo “progressista” de Lula e Dilma, a taxa tributária foi um-sexto daquela da conservadora Austrália, com uma taxa de 12%.

A Vale usou seus enormes lucros para diversificar suas operações de mineração e atividades correlatas. Liquidou negócios como celulose e aço por US\$2,9 bilhões – quase o preço pago por toda a Companhia quando de sua “venda”. Como alternativa, ela se concentrou na compra de minas de ferro de competidores e, literalmente, em monopolizar a produção. A Vale expandiu em manganês, níquel, cobre, carvão, potássio, caulim, bauxita; comprou estradas de ferro, portos, terminais de container, navios, e pelo menos 8 usinas hidroelétricas – dois-terços destas usinas foram construídas durante o governo Lula³⁶.

33 *Brazil Mining*. Disponível em: <http://www.e-mj.com/index.php/reatures/850-Brazil-,mining>.

34 Wikipedia Vale. Disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/vale_mining-company.

35 *The Economist*, June 2, 2013.

36 *Wikipedia*, p. 9.

Em suma, o capitalismo monopolista prosperou durante o governo de Lula, com lucros recordes no setor extrativo, extremos danos ao meio-ambiente, e deslocamento massivo de povos indígenas e pequenos produtores. A experiência em mineração da Vale sublinhou a poderosa *continuidade estrutural* entre os mandatos neoliberais de Cardoso e de Lula: o primeiro privatizou a Vale a preço de “liquidação”; o segundo promoveu a Vale como uma empresa detentora do monopólio na produção e exportação de ferro, ignorando totalmente a concentração da riqueza, lucros e poderes do capital extrativo.

Em comparação ao crescimento geométrico dos lucros monopolistas para o setor extrativo, o subsídio irrisório de Lula e Dilma de dois dólares por dia para reduzir a pobreza dificilmente garante ao seu regime ser denominado de “progressista” ou de “centro-esquerda”.

Enquanto Lula e Dilma estavam extasiados com o crescimento do “campeão da mineração” (a Vale) do Brasil, outros não estavam. Em 2002, a *Public Eye*, um importante grupo de direitos humanos e ambientais deu à Vale um “prêmio” como a pior corporação no mundo: “A Corporação Vale atua com o maior desprezo pelo meio-ambiente e direitos humanos no mundo”³⁷. As críticas citaram a construção da represa de Belo Monte, pela Vale, no meio da floresta tropical da Amazônia, por ter “consequências devastadoras para a biodiversidade e tribos indígenas únicos na região”³⁸.

O setor de mineração é baseado em capital intensivo, gera poucos postos de trabalho e adiciona pouco valor a suas exportações. Degrudou a água, a terra e o ar; afetou negativamente as comunidades locais, expropriando comunidades indígenas e criando uma economia oscilante.

Com a desaceleração acentuada da economia chinesa, especialmente seu setor manufatureiro, em 2012-14, os preços do ferro e do cobre caíram. As receitas de exportação do Brasil declinaram, enfraquecendo o crescimento total. Especialmente importante é que a canalização de recursos em infraestrutura para o setor agrominerador resultou no esgotamento de recursos para hospitais, escolas e transporte urbano – que estão deteriorados e fornecem um serviço de baixa qualidade para milhares de trabalhadores urbanos.

37 *Guardian*, Jan. 27, 2012.

38 *Ibid.*

O fim do “megaciclo” extrativista e o surgimento de protestos em massa

O modelo extrativista conduzido pelo Brasil entrou em um período de declínio e estagnação nos anos de 2012 e de 2013, à medida que a demanda do mercado mundial diminui na Ásia – especialmente na China³⁹. O crescimento girou em torno de 2%, mal acompanhando o crescimento populacional. A classe que sustentou este modelo de crescimento – especialmente a estreita camada de investidores estrangeiros, empresas mineradoras monopolistas e grandes corporações de agronegócios – que controla e amealha a maior parte das rendas e lucros, limitou os “efeitos retardadores” (“*trickle down effect*”) que os mandatos de Lula e Dilma propugnaram como a sua “transformação social”. Enquanto alguns programas inovadores foram iniciados, a continuidade e a qualidade dos serviços, efetivamente, deterioraram.

O número de leitos para pacientes internados em hospitais caiu de 3,3 para 1.000 brasileiros, em 1993; e para 1,9, em 2009, o 2º menor na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD/OCDE)⁴⁰. O atendimento em hospitais públicos caiu, e longas esperas e baixa qualidade são endêmicas.

De acordo com o estudo da OCDE, os gastos federais com o sistema de saúde caíram desde 2003, descontada a inflação. O gasto público com a saúde é baixo: 41%, se comparado com os 82% do Reino Unido, e os 45,5%⁴¹ dos EUA. A polarização das classes, inserida no modelo agrominerador extrativista, estende-se aos gastos do governo, taxas, transporte e infraestrutura: grande financiamento para estradas, barragens, usinas hidroelétricas para o capital extrativista, contra o transporte público inadequado e diminuição dos gastos para a saúde, educação.

As raízes mais profundas dos levantes de massa de 2013 estão localizadas na *política de classe* de um Estado corporativo. Os mandatos de Cardoso, Lula e Dilma, durante as duas últimas décadas, seguiram uma agenda elitista conservadora, amortecida por políticas clientelistas e paternalistas que neutralizaram a oposição em massa por um período de tempo pro-

39 *Financial Times*, July 13, 2013, p. 9.

40 *Financial Times*, July 1, 2013.

41 *Ibid.*

longado, antes que as rebeliões e protestos em massa, em nível nacional, desmascarassem a fachada “progressista”.

Jornalistas de esquerda e analistas conservadores que clamaram Lula como “progressista pragmático”, negligenciaram o fato de que, durante seu primeiro mandato, o apoio do Estado para a elite do agronegócio foi *sete vezes* o oferecido para pequenos agricultores familiares que representavam aproximadamente 90% da força do trabalho rural e fornecem a maior parte dos alimentos para consumo local. Durante o 2º mandato de Lula, o apoio financeiro do Ministério da Agricultura para o agronegócio durante a safra de 2008-2009 foi *seis vezes* maior que os recursos alocados para o programa para a redução da pobreza de Lula, o altamente propagandeado Programa “Bolsa Família”⁴². A ortodoxia econômica e a demagogia populista não são substitutos de mudanças estruturais substantivas, envolvendo uma reforma agrária abrangente, abarcando 4 milhões de trabalhadores rurais sem-terra e uma reestatização de empresas extrativas estratégicas como a Vale, para que financie a agricultura sustentável e preserve a floresta tropical.

Ao invés disso, Lula e Dilma colocaram força total no *boom* do etanol: “açúcar, açúcar em todo o lugar”, mas nunca perguntando “os bolsos de quem estão se enchendo?” A crescente rigidez estrutural do Brasil, sua transformação em uma economia extrativista capitalista, intensificou e alargou o escopo para corrupção. A competição por contratos de mineração, concessões de terra e megaprojetos de infraestrutura encorajaram as elites de negócios agromineradores a pagar o “partido no poder” para assegurar as vantagens competitivas. Esse foi particularmente o caso do “Partido dos Trabalhadores”, cuja liderança executiva e partidária (desprovida de trabalhadores) era composta por profissionais em mobilidade ascendente, aspirando a posições da classe de elite que olharam em direção dos subornos nos negócios para o seu “capital inicial”, uma espécie de “acúmulo inicial através da corrupção”.

Por quase uma década, o *boom* das *commodities* encobriu as contradições de classe e a extrema vulnerabilidade de uma economia extrativista dependente da exportação de matérias-primas para mercados limitados. As políticas neoliberais, adaptadas a mais exportações de *commodities*, levaram

42 *Rainforest, op. cit.*

para um influxo de produtos manufaturados e enfraqueceram a posição do setor industrial. Como resultado, os esforços de Dilma para reanimar a economia produtiva a fim de compensar o declínio das receitas das *commodities* não funcionaram: estagflação, excedentes orçamentários em queda, e enfraquecimento da balança comercial atormentaram sua administração precisamente quando a massa de trabalhadores e a classe média estavam demandando uma *realocação* em larga escala dos recursos provenientes de subsídios para o setor privado, para investimentos em serviços públicos.

Todo o capital político de Rousseff e de seu mentor, Lula, foi construído em fundações frágeis do modelo extrativo. Eles falharam em reconhecer os limites deste modelo, e muito menos formularam uma estratégia alternativa. Propostas de emendas, reformas políticas, retórica anticorrupção face ao protesto de milhões de pessoas, alcançando todas as grandes e pequenas cidades do país não indicam o problema básico de desafiar a concentração da riqueza, propriedade e poder da elite financeira e agromineradora. Seus aliados de corporações multinacionais controlam as alavancas do poder político, com ou sem corrupção, e bloqueiam quaisquer reformas significativas.

A era de Lula, do “Populismo de Wall Street”, acabou. A ideia de que altas receitas de indústrias extrativistas podem comprar fidelidade popular através do consumo financiado pelo crédito fácil, passou. Os investidores de Wall Street não estão mais louvando o BRICS como um novo mercado dinâmico. Como previsível, eles estão mudando seus investimentos para atividades mais lucrativas em novas regiões. À medida que a carteira de investimentos diminui e a economia estagna, o capital extrativo intensifica a sua entrada na Amazônia, e com isso cobra um terrível pedágio sobre a população indígena e a floresta tropical.

O ano de 2012 foi um dos piores para os povos indígenas. De acordo com o Conselho Missionário Indigenista, filiado à Igreja Católica, o número de incidentes violentos contra as comunidades indígenas aumentou 237%⁴³. O mandato de Rousseff teve o menor número de homologações de demarcação de terra (7 títulos) aos nativos do que qualquer presidente desde o retorno da democracia. Nesse ritmo, o Estado brasileiro levará um século para demarcar os territórios solicitados pelas comunidades

43 *Ibid.*

indígenas. No mesmo momento de 2012, 62 territórios indígenas foram invadidos por latifundiários, mineradores e madeireiros, 47% a mais do que em 2011⁴⁴. A maior ameaça de expropriação vem de projetos da megabarragem em Belo Monte e projetos de hidroelétricas gigantes sendo promovidos pelo regime de Rousseff. Enquanto a economia agromineradora fraqueja, as comunidades indígenas estão sendo espremidas (“genocídio silencioso”) para intensificar o crescimento agrominerador.

Os maiores beneficiários da economia extrativista do Brasil são os maiores comerciantes de *commodities* do mundo que, *mundialmente*, embolsaram US\$250 bilhões durante o período de 2003 a 2013, superando os lucros das maiores firmas de Wall Street e de 5 das maiores companhias automobilísticas. Durante a metade dos anos 2000, alguns comerciantes desfrutaram retornos de 50-60%. Mesmo em 2013, quando estes valores não estavam tão majorados, ainda permaneciam numa média de 20-30% (*Financial Times* 15/4/13, pág. 1). Especuladores de *commodities* ganharam 10 vezes mais do que foi gasto com os pobres. Esses especuladores lucraram com as flutuações de preço entre locais de oportunidades arbitrárias oferecidas por uma abundância de discrepância de preços entre regiões. Comerciantes monopolistas eliminaram competidores e taxas baixas (5-15%) e contribuíram para as megafortunas. Os maiores beneficiários do modelo extrativista de Lula e Dilma, superando inclusive gigantes agromineradores, são os vinte maiores comerciantes-especuladores de *commodities*.

Capital extrativo, colonialismo interno e o declínio da luta de classes

A luta de classes, especialmente a sua expressão através de greves lideradas por sindicatos e ocupações de terra, protagonizadas por trabalhadores rurais localizados em acampamentos, declinou vertiginosamente durante o último quartel do século. O Brasil, durante o período seguinte à ditadura militar (1989), foi o líder mundial em greves, com 4 mil, em 1989. Com o retorno das eleições diretas, além da incorporação e legalização de sindicatos, especialmente em Câmaras de Negociação Coletiva Tripartites, as greves diminuíram para uma média de 500 durante a década de 1990. Com o mandato de Lula (2003-2010), as greves caíram ainda mais:

44 *Ibid.*

para 300-400 por ano⁴⁵. As duas maiores Centrais Sindicais – a CUT e a Força Sindical (FS) –, aliadas ao governo de Lula, se tornaram prepostos virtuais do Ministério do Trabalho: sindicalistas garantiram posições no governo e as organizações receberam grandes subsídios do Estado, supostamente para formação para o “trabalho” e educação do trabalhador. Com o *boom* das *commodities*, o aumento das receitas estatais e ganhos com a exportação, os governos formularam uma estratégia de crédito indireto, aumentando o salário mínimo e lançando novos programas antipobreza. Na zona rural, o MST continuou a reivindicar uma reforma agrária, enquanto se mantinha engajado nas ocupações de terra. Mas sua posição de apoiar criticamente o PT em troca de subsídios sociais levou a uma acentuada diminuição de acampamentos, de onde se originavam as ocupações de terra. No início da presidência de Lula (2003), o MST tinha 285 acampamentos, em 2013 tinha 13⁴⁶.

O declínio da luta de classes e a cooptação dos movimentos de massa consagrados, coincidiram com a intensificação da exploração capitalista extrativista do interior do país e a expropriação violenta de comunidades indígenas. Em outras palavras: a exploração intensificada no “interior” pelo capital agrominerador facilitou a concentração de riqueza em grandes centros urbanos e nas áreas rurais consolidadas, levando à cooptação de sindicatos e movimentos rurais. Portanto, apesar de algumas declarações e protestos simbólicos, o capital agrominerador encontrou pouca solidariedade organizada entre o trabalhador urbano, os índios expropriados e trabalhadores rurais escravizados na Amazônia “aberta”. Lula e Dilma tiveram um papel fundamental na neutralização de qualquer frente nacional unida contra as depredações do capital agrominerador.

A degeneração das grandes Confederações trabalhistas é visível não somente em suas presenças no governo e na ausência de greves, mas também na organização das comemorações anuais de 1º de maio entre trabalhadores. Os recentes eventos não incluíram nenhum conteúdo político. Nestes, há espetáculos musicais, temperados com loterias oferecendo automóveis e outras formas de entretenimento consumista, financiados e patrocinados por grandes bancos privados e multinacionais⁴⁷. Com efeito, essa relação

45 Raul Zibechi. “El fin del consenso lulista”. *Rebellion*, 7/7/13.

46 *Ibid.*

47 *Ibid.*

entre cidade e Amazônia parece um tipo de colonialismo interno, no qual o capital extrativo subornou uma aristocracia trabalhadora como cúmplice para seus saques das comunidades do interior.

Conclusão: movimentos de massa – o modelo extrativista sitiado

Se a CUT e a FS estão cooptadas, o MST está enfraquecido e as classes baixa renda tiveram aumento na renda, como e por que emergem movimentos de massa sem precedentes em cerca de uma centena de pequenas e grandes cidades em todo o país?

O contraste entre os novos movimentos de massa e as Centrais Sindicais ficou evidente em sua capacidade de angariar apoio durante os protestos nos meses de junho e julho: os primeiros mobilizaram 2 milhões, enquanto os outros, 100 mil.

O que precisa ser esclarecido é a diferença entre *pequenos grupos locais de estudantes* (Movimento Passe Livre – MPL), que foram o *estopim* para os movimentos em massa durante o aumento nas passagens de ônibus; e o gasto faraônico do Estado na Copa do Mundo (campeonato mundial de futebol) e Olimpíadas; e os movimentos de massa espontâneos que questionaram as políticas e prioridades orçamentárias do Estado em sua integralidade.

Vários publicistas dos governos de Lula e Dilma aceitam sem questionar o valor nominal das alocações orçamentárias destinadas a projetos sociais e de infraestrutura, quando na verdade, apenas uma fração foi gasta, enquanto muito foi roubado por autoridades corruptas. Por exemplo, entre 2008 e 2012, R\$6,5 bilhões foram designados para o transporte público nas principais cidades, mas somente 17% foi realmente gasto (*Revista Veja*, ano 46, nº 29, 17/07/2013). De acordo com a ONG “Contas Abertas”, durante um período de dez anos, o Brasil gastou mais de R\$160 bilhões em obras públicas que estão inacabadas, nunca saíram do papel ou o dinheiro foi desviado por autoridades corruptas. Um dos casos mais notórios de corrupção e de mau gerenciamento é o da construção de 12 quilômetros de linha de um metrô em Salvador, com a previsão de que estaria pronta em 40 meses pelo custo de R\$307 milhões. Treze anos depois (2000-2013), os gastos aumentaram para quase 1 bilhão de Reais e 6 quilômetros mal haviam sido completados. Seis locomotivas e 24 vagões, que foram com-

prados por R\$100 milhões quebraram, e a garantia dos fabricantes tinha expirado (*Revista Veja*, ano 46, nº 29, 17/07/2013). O projeto foi paralisado devido a denúncias de superfaturamento envolvendo servidores federais, estaduais e municipais. Enquanto isso, 200 mil passageiros são forçados a viajar diariamente em ônibus destruídos.

A profunda corrupção que contamina toda a administração de Lula e de Dilma cravou uma profunda cunha entre as conquistas arrogadas pelo regime e a experiência da deterioração cotidiana da grande maioria do povo brasileiro. A mesma lacuna existe em relação às despesas para preservar a floresta da Amazônia, as terras indígenas e para financiar os programas antipobreza: funcionários corruptos do PT drenam os fundos para financiar suas campanhas eleitorais ao invés de reduzir a destruição ambiental e conter a pobreza.

Se a riqueza originada pelo *boom* do modelo agrominerador “percolou” para o resto da economia e aumentou os salários, isto foi feito de um modo bastante desigual, assimétrico e distorcido. A grande riqueza, concentrada nas classes altas, encontrou expressão em um tipo de um novo sistema de *classe-casta*, no qual o transporte *privado* – helicópteros e heliportos – clínicas privadas, escolas privadas, áreas de recreação privadas, segurança armada privada para os ricos e afluentes foram financiados por subsídios promovidos pelo Estado. Em contraste, as massas experimentaram uma redução acentuada, relativa e absoluta nos *serviços públicos* que são essenciais à vida. O aumento do salário mínimo não compensou as 10 horas de espera em salas de emergência públicas lotadas, transporte público lotado e irregular, ameaças diárias à vida e insegurança (50 mil homicídios). Pais que estão recebendo o subsídio de programas antipobreza enviam as suas crianças para ter aulas em escolas deterioradas, onde professores mal remunerados correm de uma escola para outra, encontrando pouco seus alunos e fornecendo um ensino pobre. A maior indignidade para aqueles que estão recebendo estes subsídios, foi lhes dizer que nessa sociedade de classe-casta, eles eram a “classe média”; que eram parte de uma transformação social imensa que tirou 40 milhões de pessoas da pobreza, enquanto rastejam de volta para casa em horas de engarrafamento, regressando de empregos cujo salário mensal paga uma partida de tênis em um sofisticado *Country Club*. A economia extrativista agromineradora exacerbou todas as desigualdades socioeconômicas do Brasil, e os mandatos de Lula e Dilma intensificaram essas diferenças por aumentar as expectativas, afirmando

sua realização e depois *ignorando* os impactos sociais *reais* na vida diária. As verbas governamentais para o transporte público e promessas de projetos para novas linhas de metrô e de trem foram atrasadas por décadas por uma corrupção de longo prazo e em larga escala. Bilhões gastos ao longo dos anos renderam resultados mínimos – poucos quilômetros completados. O resultado é que a lacuna entre as projeções otimistas do mandato e a frustração das massas cresceu imensamente. O vão entre a promessa populista e a clivagem profunda entre as classes não poderá ser encoberto por sorteios e prêmios promovidos pelos sindicatos e almoços VIP, especialmente para uma geração inteira de trabalhadores *jovens* que não estão ligados às antigas memórias de Lula, o “trabalhador metalúrgico”, um quarto de século antes. A CUT, a FS e o PT são irrelevantes ou são vistos como parte de um sistema de corrupção, estagnação social e privilégios. O traço mais marcante da nova onda de protestos de classe é a cisão geracional e organizacional: trabalhadores metalúrgicos mais velhos estão ausentes; trabalhadores jovens não organizados do setor de serviços estão presentes. Organizações locais e espontâneas substituem sindicatos cooptados.

O ponto de confronto é a rua – não o local de trabalho. As demandas transcendem as remunerações monetárias e os salários – as questões são os salários sociais, *padrões de vida*, orçamentos *nacionais*. Ultimamente, os novos movimentos sociais aumentam a questão das prioridades nacionais de classe. O governo está removendo centenas de milhares de residentes das favelas – um expurgo social – para construir complexos desportivos e acomodações de luxo. *Questões sociais* permeiam os movimentos de massa. A organização independente e autônoma destes movimentos marca o profundo desafio para o modelo neoliberal extrativista como um todo; até porque nenhuma das organizações ou lideranças nacionais desses movimentos de massa surgiu para elaborar uma alternativa. A *luta* ainda continua. Os mecanismos tradicionais de cooptação falharam porque não há líderes identificáveis para subornar. O governo, encarando o declínio dos mercados de exportação e dos preços das *commodities*, e profundamente comprometido com os investimentos multibilionários não produtivos nos *Jogos*, possui poucas *opções*. O PT perdeu a sua vanguarda antissistêmica há muito tempo atrás. Seus políticos estão ligados a e financiados por bancos e elites agromineradoras. Os líderes dos sindicatos protegem seus feudos, deduções automáticas de dívidas e estipêndios. Os movimentos de massa das cidades como as comunidades indígenas da Amazônia, terão que en-

contrar novos instrumentos políticos. Mas tendo tomado o caminho da “ação direta”, eles deram o primeiro grande passo.

*James Petras é Professor Emérito da Universidade de Binghamton, Nova York.
<jpetras@binghamton.edu>

** Tradução: Daniel Hanan

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO**

REITOR

Carlos Antônio Levi da Conceição
PRÓ-REITORA DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
Débora Foguel

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL
DIRETORA**

Mavi Pacheco Rodrigues

VICE-DIRETOR

Marcelo Braz

**DIRETORA ADJUNTA
DE PÓS-GRADUAÇÃO**

Rosana Morgado

EDITORES

José María Gómez (ESS - UFRJ)

José Paulo Netto (ESS - UFRJ)

Maria de Fátima Cabral Marques Gomes
(ESS - UFRJ)

Myriam Lins de Barros (ESS - UFRJ)

COMISSÃO EDITORIAL

Janete Luzia Leite (ESS-UFRJ)

Alejandra Pastorini Corleto (ESS-UFRJ)

CONSELHO EDITORIAL

Alcina Maria de Castro Martins (ISMT, Coimbra-Portugal), Ana Elizabeth Mota (UFPE-PE), Antonia Jesuíta de Lima (UFPI-PI), Berenice Couto (PUC-RS), Casimiro Balsa (CESNOVA/UNL-Portugal), Cibele Rizeck (USP-SP), Cleusa dos Santos (UFRJ-RJ), Consuelo Quiroga (PUC-MG), Denise Bomtempo Birche de Carvalho (UNB-DF), Edésio Fernandes (University College London - Inglaterra), Elizete Menegat (UFJF-MG), Helena Hirata (GEDISST-GNRS-França), Ivete Simionatto (UFSC-SC), José Fernando Siqueira da Silva (UNESP-SP), Júlio de Assis Simões (USP-SP), Leilah Landim (UFRJ-RJ), Liliane Capilé Charbel Novaes (UFMT-MT), Marcelo Badaró (UFF-RJ), Margarita Rosas (Universidad de La Plata-Argentina), Maria Carmelita Yasbeck (PUC-SP), Maria da Ozanira Silva e Silva (UFMA-MA), Maria das Dores Campos Machado (UFRJ-RJ), Maria Liduína de

Oliveira e Silva (UNIFESP-SP), Maria Lúcia Carvalho Silva (PUC-SP), Maria Lucia Martinelli (PUC-SP), Maria Lúcia Weneck Vianna (UFRJ-RJ), Michael Lowy (EHESP-França), Monica Dimartino (Universidad de La Republica de Uruguay-Uruguai), Neli Aparecida de Mello (USP-SP), Potyara Amazoneida Pereira (UnB-DF), Ricardo Antunes (UNICAMP-SP), Rogério Lustosa Bastos (UFRJ-RJ), Salviana Pastor Santos Sousa (UFMA-MA), Sérgio Adorno (USP-SP), Sueli Bulhões da Silva (PUC-RJ), Sulamit Ramon (London School of Economics-Inglaterra), Valéria Forti (UERJ-RJ), Vera da Silva Telles (USP-SP), Vera Lúcia Gomes (UFPA-PA), Vicente de Paula Faleiros (UnB-DF).

ASSESSORIA TÉCNICA

Fábio Marinho

Márcia Rocha

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Márcia Rocha

REVISÃO

Alejandra Pastorini Corleto

Janete Luzia Leite

Maria de Fátima Migliari

TRADUÇÃO

Daniel Hanan

Daniel Stevens Torres Cárdenas

Fábio Marinho

Nicolle Varella Felipe

**DESIGN EDITORIAL
E DIAGRAMAÇÃO**

Fábio Marinho

WEB DESIGN

Fábio Marinho

Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ
(21) 3873-5386
ess.ufrj.br/praiavermelha

Foto de Capa: Fábio Rodrigues Pozzebom/
Agência Brasil